

N.F. N° - 092268.0607/24-0  
NOTIFICADO - RAIA DROGASIL S/A  
NOTIFICANTE - IVA BRANDÃO OLIVEIRA  
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL  
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 19/05/2025

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF N° 0068-01/25NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA TOTAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. As mercadorias objeto da exigência fiscal não estão incluídas no regime de substituição tributária. Notificação fiscal **IMPROCEDENTE**. Em instância única. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A notificação fiscal em lide, lavrada em 06/07/2024, formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$ 9.718,20 em decorrência de falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária total, em aquisição interestadual de mercadorias enquadradas pela legislação interna no regime de substituição tributária, por contribuinte que não preenche os requisitos previstos na legislação (54.05.10), ocorrido dia 05/07/2024, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea "d" do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificado apresentou defesa das fls. 20 a 28. Explicou que é centro de distribuição e recebe mercadorias de outros estados e depois transfere às filiais localizadas neste e em outros Estados.

Alegou que o débito que o teria descredenciado estava com sua exigibilidade suspensa e contava com decisão judicial. Disse que já havia sido distribuída a ação judicial nº 8083527-50.2024.8.05.0001 por meio do qual apresentou garantia que foi acolhida em decisão assinada em 14/07/2024 que determinou que o débito dos PAFs nºs 298941.0117/23-4, 093898.0002/23-5, 092548.0062/23-7, 092558.0066/23-4, 298628.0671/23-2 e 298941.0136/23-9 não poderiam ser usados para o seu descredenciamento, conforme documento das fls. 44 a 46.

Informou que os acórdãos nº 0340-06/23NF-VD e 0027-05/24NF-VD confirmaram a improcedência de lançamentos semelhantes, conforme fls. 49 a 51.

Destacou que o imposto exigido foi integralmente pago na apuração mensal de julho/2024, mas no cálculo apresentado pelo autuante foi desconsiderado a redução do ICMS de que trata o Decreto nº 11.872/2009. Ressaltou que não foi respeitado o prazo para conversão do termo de ocorrência fiscal em autuação já que transcorreu o prazo de noventa dias entre a autuação e a ciência pelo autuado.

Afirmou que a multa aplicada é confiscatória, com violação do art. 150, inciso IV, da Constituição Federal.

Solicitou que as intimações sejam dirigidas ao seu patrono indicado à fl. 28.

**VOTO**

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõe a notificação fiscal, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

Apesar de não se constituir em problema o envio das intimações referentes a este processo diretamente para o advogado estabelecido pelo autuado, o não atendimento deste pedido não implica em nulidade do ato quando a sua formalização ocorrer nos termos do art. 108 do RPAF.

Afasto toda discussão acerca da inconstitucionalidade da multa aplicada na presente notificação fiscal. De acordo com o inciso I do artigo 167 do RPAF, não é competência deste órgão julgador a declaração de inconstitucionalidade da legislação tributária estadual nem a negativa de aplicação de ato normativo emanado de autoridade superior. A multa aplicada está prevista no art. 42 da Lei nº 7.014/96.

A presente notificação fiscal trata da exigência fiscal referente à antecipação tributária total incidente sobre as mercadorias indicadas nas notas fiscais nºs 248785, 248786, 248787 e 248788 (fls. 06 a 09), cujo pagamento deveria ocorrer antes da entrada da mercadoria no Estado da Bahia em razão do autuado não estar credenciado ao pagamento no dia 25 do mês subsequente, conforme documento à fl. 10.

Entretanto, as mercadorias relacionadas nas referidas notas fiscais são produtos de higiene pessoal e suplementos alimentares, não constando no Anexo 1 do RICMS na data de ocorrência do fato gerador e, portanto, não sujeitos ao regime de substituição tributária. O demonstrativo de débito anexado à fl. 03 traz a apuração do imposto supostamente devido com aplicação de MVA, evidenciando que a descrição da infração no auto não decorreu de equívoco na indicação do código da infração.

Desse modo, voto pela IMPROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 092268.0607/24-0, lavrada contra **RAIA DROGASIL S/A**, devendo ser intimado o notificado, para tomar conhecimento da decisão.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 30 de abril de 2025.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR